

AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO EM 2015

Igor Lacerda¹
Érica Fortuna²

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de identificar e analisar as representações das violências policiais ocorridas no Rio de Janeiro, através do dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos, criado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas em 2015. O propósito é entender melhor como os moradores da cidade se uniram para representar esse período de megaeventos, com as transformações que estavam afetando suas vidas. Para identificar essas representações, foi utilizada a análise de conteúdo segundo Laurence Bardin (2016). Para interpretar os dados obtidos, recorreremos à teoria de representações sociais, segundo Sandra Jovchelovitch (2000). Esse estudo é relevante por explicar uma fase de transformação do Rio não pela visão da mídia hegemônica, mas pela percepção de seus próprios moradores.

Palavras-chave: violência policial; megaeventos; movimentos sociais; direitos humanos; representações sociais.

Abstract: This paper aims to identify and analyze the representations of police violence in Rio de Janeiro, through the dossier Megaeventos and violations of human rights, created by the People Committee of the World Cup and the Olympics in 2015. The purpose of this study is to better understand how the residents of the city came together to represent this period of mega-events, with the city transformations that were affecting their lives. To identify these representations, content analysis was used according to Laurence Bardin (2016). In order to interpret the obtained data, it was used the theory of social representations, according to Sandra Jovchelovitch (2000). This study is relevant because it explains a phase of transformation in Rio de Janeiro, not by point of view of a mass media, but by perception of its own residents.

Keywords: Police violence; mega-events; social movement; human rights; social representations.

Introdução

O Rio de Janeiro tem sido palco de grandes, médios ou pequenos eventos, tendo, na maioria das vezes, temas ligados às áreas de artes, esportes e educação. O Rio também é reconhecido pela produção de desfiles de carnaval e pelo espetáculo de réveillon que acontece em Copacabana, festividades sazonais que trazem muitos turistas e benefícios financeiros à cidade. Os eventos que a cidade recebe e produz trazem investimentos para a economia local, além de conceder a oportunidade de confraternizações e trocas entre seus habitantes e as pessoas que vêm de fora.

¹Mestrando do PPGCOM da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduado em Comunicação Social.

²Doutoranda do PPGCOM da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduada em Direito pela Faculdade IBMEC.

Com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 não foi diferente, pois o Rio de Janeiro pôde receber visitantes que movimentaram o turismo, o comércio local e a hotelaria, além de capitais estrangeiros e nacionais investidos na produção e consumação do evento. O dinheiro conquistado pelo Rio foi tido como uma chance de melhorar os aparelhos e projetos esportivos, além de favorecer segmentos como saúde, transporte e segurança pública a fim de deixá-los como herança para os cariocas.

O Rio de Janeiro adquiriu a chance de receber os grandes espetáculos esportivos e, por essa razão, passou a realizar e investir em reformas urbanas e sociais para recebê-los. Fortuna (2013) explica que todos os aspectos ligados à vida na cidade se movimentaram para hospedar os megaeventos. Com o Rio não foi diferente, pois, desde o início, foi possível citar os seguintes planos para o Rio: Projeto Porto Maravilha, criado para revitalizar o Porto do Rio de Janeiro, construindo museus, prédios comerciais, moradia e derrubando o viaduto perimetral para a preparação de avenidas de transporte; o Programa Morar Carioca foi responsável por remodelar as favelas e criar ações de segurança pública, como, por exemplo, a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Os planos específicos para a Copa-Olimpíadas tinham o propósito de construir e reformar estádios, criar aparelhos de esportes e criar a Vila Olímpica – espaço preparado para abrigar os atletas durante as competições.

As modificações urbanas feitas desde 2010 impactaram a vida de todas as pessoas que vivem no Rio de Janeiro, principalmente as com baixo nível socioeconômico. Segundo Soares (2013), os projetos de preparação da cidade para os megaeventos tinham a intenção de valorizar ou revalorizar espaços marginalizados e pouco frequentados. As obras previstas para os planos de revitalização geraram a remoção e o deslocamento de indivíduos menos favorecidos para locais mais afastados ou, ainda, valorizaram seus bairros, tornando-os mais caros e impossibilitando a permanência daqueles que não tinham condições de manter o padrão de vida.

As pessoas que saíram de seus locais de moradia foram impossibilitadas de continuar mantendo sua identidade e os laços de solidariedade construídos durante o tempo de convivência com vizinhos e amigos. Até as pessoas que não foram removidas tiveram o seu cotidiano alterado, pois foram obrigadas a conviver com obras por todos os cantos do centro, gerando alterações no trânsito e perdas de espaços públicos de lazer e entretenimento.

Os meios de comunicação clássicos foram instrumentos importantes para o fortalecimento da imagem do Rio de Janeiro. Devido a sua capacidade de atingir a muitas

peças, são percebidos como um dos maiores criadores e divulgadores de representações e estereótipos sobre a cidade. A intenção das ações de comunicação, principalmente do marketing urbano, era tornar o Rio ainda mais conhecido e desejado no cenário mundial a fim de aumentar a promoção de exportações, atrair indústrias, empresários que queiram investir no local e gerar expectativas em turistas, novos residentes e outros megaeventos, como explica Sant’Anna e Gonçalves (2015).

Assim, o propósito deste trabalho é verificar e analisar as representações das violências policiais ocorridas no Rio de Janeiro, difundidas por movimentos sociais, durante a sua preparação para receber os megaeventos internacionais. O corpus desta pesquisa é composto pelo dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos*, criado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas em 2015. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas foi escolhido por ser a junção de movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores, pessoas removidas de suas residências e órgãos de defesa dos direitos humanos. Juntos, esses grupos se mobilizaram tanto na rua quanto na web. Eles realizaram plenárias, discussões nos espaços offline e nas redes, e criaram produtos comunicacionais a fim de denunciar a violência policial, a falta de segurança, as remoções, a especulação imobiliária e outros problemas que atingiram os habitantes da cidade-sede, mas não adquiriram tanta visibilidade na grande mídia.

Para identificar as representações contidas no dossiê, foi utilizada a análise de conteúdo, seguindo as diretrizes de Bardin (2016). Essa metodologia foi utilizada para identificar elementos no corpus que contribuem para o entendimento desse contexto em que a cidade está inserida. Para promover o entendimento sobre as construções simbólicas presentes nas páginas do dossiê, este estudo se utiliza da teoria de representações sociais e parte da visão de Jovchelovitch (2000) de que tais representações “re-constroem” a realidade e possuem caráter de produção de sentido, expressando, assim, o trabalho do psiquismo humano sobre o mundo que os cerca.

Movimentos sociais e violência policial

O Rio de Janeiro se remodelou para receber os megaeventos, afetando a vida de seus moradores, especialmente os pobres, moradores das periferias e favelas. As transformações na cidade geraram indignação em alguns moradores, que uniram seus descontentamentos em movimentos sociais. Movimentos sociais são entendidos como um agrupamento de pessoas

que se reúnem para promover ou questionar as mudanças na sociedade. Juntos, eles promovem ações online e offline para divulgar suas causas e atrair pessoas que pensam da mesma forma, como explica Dias (2012). O autor esclarece também que os movimentos sociais possuem certo dinamismo, por isso sua duração pode ser temporária. Eles existem até que seus objetivos sejam atingidos.

Os movimentos sociais são apresentados como uma alternativa capaz de promover alguma mudança social, como fala Castells (2013). De acordo com o teórico, esses grupos começaram a surgir a partir de uma crise de projetos e ideias que torna o cotidiano insustentável para parte das pessoas. Em outros casos, eles surgem a partir do sentimento de desconfiança em instituições que administram a sociedade. Assim, o sociólogo revela que as ações coletivas acontecem quando as condições de vida são degradadas e/ou pela crise de legitimidade de governantes incumbidos de conduzir os assuntos públicos. Por essa razão, os indivíduos começariam a sentir a necessidade de resolver os problemas por contra própria, envolvendo-se em atividades que estão à parte dos canais institucionais criados para resolver suas demandas.

Aldé (2011) explica que a internet é um ambiente confortável para os mais diferentes tipos de usuários, oferecendo um universo de alternativas de comunicação capaz de atender a demanda de todos eles, com todos os seus interesses e necessidades. Alguns usuários vão se interessar mais por um conteúdo político, o consumindo em várias mídias, outros darão menos atenção a um conteúdo político. Uns terão interesse nas notícias sobre política nas épocas de eleição, enquanto outros estariam completamente desinteressados. Alguns usuários, por exemplo, utilizarão as redes para entretenimento e bate-papo, procurando apenas por notícias de escândalos.

Parry (2015) elucida que as ações desses movimentos nas redes vão atrair pessoas mais interessadas em política, pessoas já envolvidas nas atividades das militâncias. Outras pessoas, mesmo tendo interesse, poderiam não ter acesso a esse conteúdo. Outras pessoas, não muito interessadas, o veriam de forma superficial. Essa autora questiona: com acesso à internet todos realmente teriam visibilidade, conseguiriam expor suas visões de mundo a um grande público? Ela explica que não, pois só aqueles que podem pagar por visibilidade são vistos. Redes sociais como o Youtube e o Facebook aumentam apenas a visibilidade de alguns grupos. Enquanto outros, menores, podem não adquirir tantos seguidores para as suas ações online e offline.

Para Perry (2015), as ações offline e online são importantes. Não seria bom para o movimento ter atividades só online ou só offline, as duas se complementariam. As atividades fora da rede são importantes para os movimentos sociais por causa da (re)apropriação do espaço público, assim como pela solidariedade entre os participantes, pela corporeidade, e por poder dialogar com pessoas que não usam a internet, mas se interessam por política. As ações na rede seriam valorosas pela troca de ideias e pela organização dos eventos nos espaços públicos. A web fomentaria o senso de comunhão física, o desejo de estar junto e lutar pelo que se acredita.

Entre as reivindicações desses movimentos sociais, surge o tema da gentrificação. A gentrificação pode ser entendida como a recuperação, através de iniciativas público-privadas, dos centros degradados das cidades, como esclarece Araújo (2009). Essa transformação melhora o lugar, traz aparelhos de arte e lazer, novos meios de transporte e comércios, mas provoca o encarecimento do custo de vida. As pessoas pobres que habitavam esses lugares passam a não ter condições de continuar neles, vão para áreas mais afastadas da região central, e chegam outros usuários com maior poder aquisitivo. As revitalizações dos lugares não buscam agradar apenas os novos moradores, mas também os turistas.

Araújo (2009) explica que existe a gentrificação residencial e a gentrificação do consumo. A gentrificação residencial é quando pessoas de renda média e alta começam a habitar sobrados antigos, nas regiões centrais, espaços que antes eram ocupados por usuários pobres – usuários que foram para áreas mais afastadas por não terem como continuar em suas antigas residências. Na gentrificação do consumo, os imóveis vazios das áreas centrais servem ao mercado de turismo e lazer, através da construção de espaços sofisticados. “Ambas estimulam a produção “glamourizada” do espaço por meio da valorização do patrimônio histórico cultural, de produção de moradias e de investimentos na diversidade cultural, contando com o apoio e a divulgação pela mídia” (ARAÚJO, 2009, p. 65). Nesse caso, a mídia tradicional pode servir para criar e divulgar conteúdos hegemônicos em torno dos lugares revitalizados a fim de atrair consumidores cada vez mais selecionados. Também cria consensos em torno do projeto de revitalização da cidade, dando mais destaque às suas características positivas, e menos a temas como remoções, violações de direitos humanos e agressões policiais, por exemplo.

Os discursos da população diariamente associam a sensação de segurança com a necessidade de ações policiais efetivas – e muitas vezes truculentas – pela cidade. Muitas

vezes, esses discursos são alimentados por representações oferecidas pela mídia. Nesse sentido, a década de 1990 foi um marco importante, tendo em vista a nova política de guerra às drogas.

A partir dos anos 80, verificamos uma aparente escalada da violência urbana, o que obviamente despertou maior interesse na imprensa pelo tema. Segundo Molica (2007), a apuração era feita por profissionais menos experientes ou menos preparados do que aqueles que cobriam economia ou política, assim como reduzidos eram os espaços destinados a esse tipo de notícia nos principais jornais, como *O Globo*, por exemplo. Nos jornais populares, as notícias eram tratadas de forma sensacionalista, com fotos que mostravam detalhes dos corpos de pessoas mortas, apelando para o mórbido como elemento de atração da população. Em 1981, após um confronto entre policiais e bandidos num conjunto habitacional da Ilha do Governador, Zona Norte do Rio de Janeiro, a sociedade conhecia mais um fenômeno da violência urbana: a organização criminosa. A chamada “Falange Vermelha” abriu o caminho para a proliferação dos “comandos”. A imprensa, especialmente a carioca, acompanhou e registrou o avanço do tráfico de drogas, a posse de armamento pesado, o envolvimento cada vez maior de policiais e menores de idade (MOLICA, 2007, p.30).

A gravidade do quadro da situação, percebida a partir dos anos 90, chamou a atenção de diferentes setores da sociedade, que começaram a desenvolver pesquisas na área e pensar em novas políticas públicas. Os jornais iniciaram um processo de qualificação da cobertura, com um aumento significativo do espaço destinado ao tema. Uma nova tendência entrava em cena para tratar a notícia da violência. Outra característica que se notava na imprensa era o discurso claramente encorajador do extermínio de criminosos pela polícia. A nova política de drogas trouxe um discurso que legitimava a letalidade dos policiais. Apesar de estarmos tratando dos anos 90, o discurso no século XXI permanece o mesmo.

Segundo Mena (2015), no Brasil, as políticas de segurança são baseadas na eliminação de um inimigo. São políticas de guerra às drogas, e elas acabam criminalizando a pobreza. Os jovens negros, pobres e moradores de favelas são um dos que mais morrem. Eles são culpados por crimes, mesmo quando são inocentes. Nessa guerra, policiais, normalmente negros e pobres, também morrem. E essas políticas de segurança são ineficientes, não conseguindo conter a criminalidade na cidade. Por isso, Malaguti (2015, p. 115) fala que as políticas criminais do neoliberalismo têm a função de “punir os pobres, as prisões da miséria e os condenados da cidade”.

Mena (2015) também apresenta os seguintes dados, revelando a relação negativa que os brasileiros têm com a polícia: “70% da população do país não confina na instituição, e 63% se declaram insatisfeitos com a sua atuação. O medo diante da polícia também é registrado em cifras: um terço da população teme sofrer violência policial, e índice semelhante receia ser vítima de extorsão pela polícia” (MENA, 2015, p. 19).

Diante de índices tão alarmantes, observamos que o genocídio de pessoas negras e pobres são justificados como forma de restituição da ordem para que os megaeventos ocorram de forma tranquila e eficiente na cidade. As estatísticas apontam para um direcionamento da violência policial à uma camada específica da população, conforme estudaremos nas análises que se seguem.

Um outro modelo de polícia pode ser possível. Soares (2015) propõe a desmilitarização das polícias. Seria necessário fazer reformas nas instituições e as culturas corporativas, e pensar em condições que respeitem o princípio da equidade, viabilizando o tratamento igualitário na prestação de serviço à cidadania, bem como o respeito a todos os direitos consagrados na Constituição. A garantia de direitos e a proteção dos cidadãos precisaria ser uma das funções principais das políticas de segurança, e os policiais precisariam ser formados sob essas diretrizes. Só assim, segundo o autor, a polícia poderia ser voltada para a preservação da vida, e não preparada para a guerra e banimento do inimigo, que é o cidadão pobre a quem deveria proteger.

Metodologia: análise de conteúdo

Para identificar as representações contidas no dossiê, foi utilizada a análise de conteúdo. Bardin (2016) esclarece que essa metodologia consiste em um conjunto de técnicas de análise dos meios de comunicação, e utiliza métodos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens para possibilitar uma leitura aprofundada do que é exibido nos filmes. Além de fornecer caminhos para a compreensão do que está além das primeiras impressões do corpus da pesquisa.

A partir da identificação de elementos-chave neste conteúdo, torna-se possível estabelecer inferências relativas aos conteúdos. No caso deste trabalho, foi definida uma categoria temática: violência policial. Os conteúdos foram classificados de acordo com esse tema. As inferências, baseadas em indicadores quantitativos, apontaram a recorrência de determinadas abordagens e temas, gerando conhecimentos sobre o conteúdo. A contagem foi

utilizada apenas para definir o que seria abordado no texto de análise, todos os temas tratados no texto apareceram na contagem.

Para interpretar esses conhecimentos, foi utilizada a teoria de representações sociais. Jovchelovitch (2000) explica que as representações sociais são formas de saber sobre sujeitos e objetos, conhecimentos orientados para a comunicação, que ajudam no entendimento de um contexto social e material. Elas são criações coletivas, fruto de uma cultura compartilhada. Suas construções e transformações são feitas por atos de comunicação, ou seja, por linguagens, diálogos e produções de informação.

A autora mostra que as representações contribuem para a elaboração de uma realidade comum, a forma de conhecer algo do homem comum. Explica que as representações sociais são construídas através da relação do Eu com o Outro e que através de sua relação com o mundo, o indivíduo cria um novo mundo de significados que o ajudará a dar sentido ao que está a sua volta.

É a forma de conhecer do homem comum porque Jovchelovitch clarifica que as representações sociais estão nas reuniões públicas, em cafés, bares, ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais. Ela diz que “é no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que os sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40). É nesse espaço público, num momento de encontro e diálogo, que elas são disseminadas, solidificadas e incubadas.

Jovchelovitch (2000) explica a representação é construída pelo sujeito, um sujeito que é atravessado pelo social. Ele, o sujeito, não é apenas um produto de determinantes sociais, nem produtor autônomo, porque as representações são construções que têm um contexto e, por isso, são resultados das condições em que nascem e circulam. A representação social é criada pelos seres humanos (de acordo com seu processo de socialização e acúmulo cultural) para dar sentido à realidade. A representação social é uma atividade simbólica e “não há possibilidade de formação simbólica fora de uma rede de significados já constituídos. É sobre essa rede, e dentro dessa rede, que os trabalhos de reconstrução do que já está lá ocorrem” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 78).

Alexandre (2001) lembra que comunicação significa tornar comum, partilhar, trocar opiniões. Ou seja, os meios de comunicação podem criar e transmitir suas representações, mas o público tem a possibilidade de concordar com elas ou transformá-las de acordo com os

próprios saberes e vivências. Ela é um processo de troca de experiências, e é essa troca que cria um patrimônio comum. Nesse processo comunicativo, uma mente pode afetar a outra.

Ainda segundo Alexandre (2001), atualmente, as pessoas das cidades são bombardeadas por conteúdos dos meios de comunicação de massa que tentam mudar, cristalizar ou criar atitudes, sentimentos e opiniões. O conteúdo transmitido a essas pessoas é pensado por técnicos sustentados por um mercado, por amplas e complexas empresas com suas diretrizes e seus interesses. Assim, os meios de comunicação, com suas intenções, passam a ser um dos principais transformadores e criadores de representações. Mas os conteúdos dos meios de comunicação clássicos são interpretados pelos sujeitos urbanos de acordo com os próprios acúmulos culturais e vivências. Assim, eles não seriam apenas alienados pelas mídias.

Representação é construção. A autora diz que elas são sempre representações de um objeto, elas ocupam o lugar de alguma coisa, elas “re-apresentam” alguma coisa. Nesse sentido, Sandra Jovchelovitch ressalta que as representações têm a possibilidade de, dinamicamente, construir e reconstruir a realidade com autonomia e criatividade. As representações, sendo representações de um sujeito sobre um objeto, não são fiéis à realidade. São interpretações da realidade. A relação com o real não é direta, mas sempre mediada pela história e pela subjetividade.

Resultado da investigação e interpretação do conteúdo

O Comitê Popular se propõe a explicar as metas da prefeitura do Rio de Janeiro para melhorar os problemas de segurança. Entre essas metas, apareceram os projetos de pacificação das favelas. Eles dizem que a polícia não está na favela para proteger os moradores dos traficantes, mas para impedir as manifestações populares. O dossiê diz que não existe diálogo entre os agentes das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) e a população, pelo contrário: eles falam que a polícia serve para matar, agredir e invadir domicílios.

O documento analisado discorre sobre a censura exercida pelo Estado numa tentativa de criminalização dos movimentos sociais, silenciando as vozes que discordam da forma que a cidade estava sendo gerida. O Comitê Popular criticou os projetos de segurança pública, principalmente as UPPs, denunciando a militarização dos espaços urbanos e as sistemáticas violações aos direitos humanos, sobretudo nas favelas e na periferia. Em teoria, as polícias pacificadoras deveriam estar mais próximas à população, servindo-a com empatia e respeito,

mas o dossiê explica que elas impediam a livre manifestação dos moradores de favela (direito legítimo e democrático) principalmente quando denunciavam as violências policiais.

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi uma política implantada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a partir de 2008. Seu principal objetivo era combater a criminalidade e desarticular o tráfico de drogas nas favelas. A UPP foi resultado de uma estratégia pensada em conjunto com as esferas municipal, estadual e federal. Além disso, foi acompanhada pelo poder público, fiscalizada por organizações não governamentais e entidades civis organizadas.

As ocupações feitas pelas UPPs aconteciam em favelas com alto índice de criminalidade. A polícia militar do Rio de Janeiro entrava nessas favelas, intervindo nas atividades de traficantes. Por causa das ações das polícias pacificadoras, muitos traficantes migraram para outras partes do estado, especialmente para as cidades do interior e as da Baixada Fluminense. Dependendo da resistência dos criminosos, a polícia contava com a ajuda do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE) e até mesmo das Forças Armadas. Essas unidades não trabalhavam de forma autônoma, pelo contrário: elas seguiam as instruções dos batalhões da Polícia Militar mais próximos a elas.

Projetos semelhantes a este já podem ter sido instalados no estado, mas o principal diferencial das UPPs seria um trabalho realizado em larga escala, com a instalação de pontos específico e com a escolha de diretrizes da polícia comunitária. Seguindo os princípios da polícia comunitária, os agentes das unidades deveriam ter um contato solidário com a população a fim de garantir uma convivência harmoniosa, segura e respeitosa, conhecendo e valorizando as histórias e as diferenças desse território. Esse projeto de segurança deveria presar por aquilo que seria uma UPP Social, ou seja: a polícia militar deveria se preocupar não só com a área da segurança, mas garantir à população o seu direito ao acesso a outras áreas como saúde, educação e mobilidade.

No período dos megaeventos, a violência policial se espalhou em vários territórios da cidade. O governo investiu em kits com armas e balas de borracha, então vemos que a missão principal era conter as manifestações tanto na favela quanto no asfalto. Mas o documento conta que as intervenções policiais foram piores nas comunidades, falando também em problemas como o genocídio da população negra e a criminalização da pobreza. Em 2013, as manifestações que aconteceram nas ruas do país inteiro foram o eixo do cenário político brasileiro. Os megaeventos e seus impactos urbanos e sociais foram as pautas mais criticadas por esses movimentos sociais. Sobre a relação entre modelo de segurança e ativismos, o

dossiê esclarece: “as manifestações foram afetadas pelas consequências do modelo de segurança pública dotado, baseado no belicismo e na militarização” (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 103). O Comitê Popular (2015, p. 103) ainda explica que o alvo do poder punitivo e do aparato repressivo do estado foi ampliado: “além da população negra e periférica, a repressão policial se estendeu aos protestos, manifestantes passaram a ser também alvo de criminalização, ainda que em diferente proporção e intensidade”.

Ainda, o dossiê esclarece que as políticas de segurança pública implantadas no Rio de Janeiro, e no país inteiro, são atravessadas pelo racismo. Esse atravessamento das políticas de segurança pelo racismo é usado para justificar o aumento no número de jovens mortos pela polícia. Esses jovens, normalmente negros e pobres, são confundidos com criminosos, mesmo quando não o são. A quantidade de jovens mortos pela polícia é tão grande que o documento fala em genocídio da juventude negra. É possível ver que:

As atualizações e continuidades das políticas de segurança pública implementadas no Brasil são atravessadas pelo racismo institucional intrínseco à lógica da “guerra às drogas”. O genocídio do povo negro enquanto política de Estado é a expressão mais concreta deste quadro – e o registro do auto de resistência, em especial, ainda é acionado enquanto um dos dispositivos centrais desta engrenagem de gestão governamental das mortes nos territórios de favelas e periferias. A resistência seguida de morte é caracterizada, de forma breve, como a aplicação de uma excludente de ilicitude, ou seja, isenção antecipada dos acusados do crime antes da fase processual adequada. Parte-se do falso pressuposto que o agente policial estaria agindo em legítima defesa. Sendo assim, o que se percebe é a utilização do auto de resistência como forma do Estado maquiar execuções de moradores das favelas e periferias, mostrando-se como o ápice de uma política racista e seletiva que marca a segurança pública desde sua gênese (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 102).

O dossiê explicou que a grande mídia teve a intenção de representar as favelas como seguras, livres do tráfico, com planos de segurança eficazes, com a intenção de atrair turistas para esses locais. As comunidades têm sido alvo de programas de incentivo ao turismo como o programa *Rio Top Tour*, apoiado pelo Ministério do Turismo, e às vezes eles incomodam aqueles que moram na favela. O documento explica que a maioria das polícias pacificadoras está em locais com algum valor econômico e turístico.

Também aparecem críticas à revitalização. Quando os lugares ficam mais seguros, com policiamento, os valores dos imóveis sobem. Muitos moradores não têm condições de manter o estilo de vida nos espaços revitalizados, e, por isso, vão para áreas mais afastadas.

Vão para longe de antigos vizinhos, deixam seus imóveis, velhos hábitos e suas redes de sociabilidade. Nem sempre essas mudanças são tranquilas, muitos falam sobre agressões de policiais.

Em relação às remoções e ao processo de revitalização, o dossiê cita o exemplo do Porto Maravilha – projeto de remodelação da Zona Portuária do Rio. Por uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CEDURP), pessoa jurídica do município, e a Concessionária Porto Novo – composta por construtoras como OAS, Norberto Odebrecht Brasil e Christiani-Nielsen Engenharia, foram implantadas ações relacionadas à melhoria da infraestrutura urbana, saneamento ambiental, redes de informática e telecomunicações, entre outros serviços, visando sempre a promoção de empreendimentos comerciais e residenciais de média e alta renda. A concessionária Porto Novo seria responsável pelos serviços, obras de revitalização, operações e manutenções do Porto Maravilha por 15 anos. Por causa do alto investimento na área, os moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa (que estão localizados no âmbito do projeto urbano) foram ameaçados de remoção, deixando claro que o espaço estava sendo pensado para obter lucros e não para as pessoas que já viviam nele.

Ou, ainda, esclarecem que os pobres foram removidos de suas casas para que fossem construídos sistemas de transporte. Nessa parte, é possível notar que num processo de transformação da cidade para receber megaeventos, os mais prejudicados seriam os moradores de favelas. Eles precisam sair de suas casas, construídas com tanto esforço. Muitos deixam amigos e uma rede horizontal, cheia de afetos, construída por anos de convivência.

Para a construção do BRT Transoeste inaugurado em março de 2014, fazendo a ligação da Barra da Tijuca com Santa Cruz e Campo Grande, foram removidas cerca 530 famílias em cinco comunidades. Destas, destacam-se as remoções das comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Recreio II, com famílias que procuraram apoio jurídico junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e em organizações da sociedade civil para lutar por seus direitos. Moradores já removidos ainda tentam obter indenizações justas e se reúnem na Comissão dos Atingidos pela Transoeste. O que chama a atenção é a proximidade dessas comunidades com condomínios habitacionais de classes de renda média e alta, e existência de áreas, antes ocupadas pelas comunidades removidas, que até o momento permanecem vazias, apesar destas remoções terem sido justificadas com o argumento da “urgência” requerida pelas obras da Copa 2014 (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 21-22).

O Comitê Popular reconhece que a segurança pública pode ser um dos benefícios trazidos pelos investimentos dos megaeventos. As cidades que têm a intenção de ser

reconhecidas como globais e desenvolvidas precisam de lugares seguros. Mas, quando os moradores se reúnem para questionar as ações de contenção da insegurança, são tratados com mais repressão. Ou seja, sofrem com as ações da polícia contra o tráfico, pois alteram seus cotidianos, e quando decidem se manifestar contra essas ações policiais, porque vão contra o consenso criado pela cidade-empresa.

Desde o Fórum Social Urbano, em março de 2010, um conjunto de organizações e lideranças populares vem discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção da imagem de cidade global a partir da realização dos chamados Megaeventos Esportivos, a saber: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016. Este é um modelo que tem sido reproduzido em cidades-sede de eventos esportivos como Atenas, na Grécia e, Cidade do Cabo, Johannesburgo, entre outras cidades na África do Sul, Beijing, na China, entre outras, que tendo como exemplo as transformações urbanas ocorridas em Barcelona, na Espanha, decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, se tornou um exemplo a ser copiado. Para se contrapor a esse modelo e denunciar as diversas violações de direitos que vêm sendo praticadas em nome dos megaeventos no Rio de Janeiro – expostas neste Dossiê – assim como nas demais cidades-sede dos jogos da Copa 2014 – movimentos sociais, ONGs, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos pelas ações arbitrárias da prefeitura vêm se mobilizando para resistir aos processos de mercantilização da cidade e pressionar para estabelecer uma ampla e democrática discussão sobre qual deve ser o real legado desses megaeventos (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2015, p. 155).

Nota-se que para a cidade ter mais segurança, as vidas das pessoas mais pobres são as mais afetadas. São elas que lidam diretamente com as ações da polícia contra os traficantes e com os atos violentos de agentes de segurança despreparados.

Considerações finais

Este trabalho teve o objetivo de analisar as representações, criadas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, sobre as violências policiais ocorridas em 2015. A finalidade é entender melhor esse momento de modificação da cidade para os megaeventos não pela visão da grande mídia, mas por um material produzido pelos habitantes da cidade.

O dossiê apresenta representações que não são oferecidas pela mídia hegemônica. São visões de mundo de uma população que não aparece nos grandes jornais, mas estavam na web, mesmo com todas as suas limitações. As ações policiais são representadas como causadoras de problemas como: o genocídio da população negra e a criminalização da pobreza.

É dito que, nas comunidades mais pobres, a polícia invade domicílios, agride e mata pessoas, extinguindo qualquer possibilidade de diálogo entre cidadãos e policiais. Os agentes são representados como desrespeitosos e agressivos, não respeitando os direitos fundamentais das pessoas pobres.

Por causa dos megaeventos no Rio, a polícia foi utilizada para conter protestos. Enquanto a cidade tenta atender exigências internacionais e atingir níveis de excelência, a população mais pobre é quem sofre. A polícia serve para “manter” ou “restituir” a ordem, possibilitando que o projeto de cidade global ocorra como o previsto. Dessa forma, nos pareceu evidente que as transformações na cidade impactaram – e prejudicaram – muito mais a vida dos pobres.

O dossiê verifica que a grande mídia teve a intenção de representar as favelas como seguras, livres do tráfico, com planos de segurança eficazes, com a intenção de atrair turistas para esses locais. É indiscutível que investimentos são muito bem-vindos, principalmente em áreas carentes da cidade, mas não é isso que acontece de fato. O projeto gestão da marca da cidade parece “maquiar” certos lugares, ao invés de se aprofundar em questões caras à nossa cidade. Violando direitos para garantir uma representação de metrópole segura e apta à receber investimentos e empresas.

Referências

ALDÉ, Alessandra. Cidadãos na rede: tipos de internautas e sua relação com a informação política. *Revista Contemporânea*, vol. 9, n. 3, dezembro de 2011.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais, *Revista Comum*, vol. 6, n. 17, dezembro de 2001.

ARAÚJO, Vanessa. Lapa carioca: uma (re)apropriação do lugar. Rio de Janeiro: Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 2009. (Dissertação de Mestrado)

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia*. São Paulo: Person, 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FORTUNA, Vania. (2013): “Cidade e Megaeventos: espetáculo midiático, explosão de sentidos”, Congresso dos estudantes de pós-graduação em comunicação, nº 6, pp. 01-15. Disponível em: <http://www.coneco.uff.br/content/e-book-vi-coneco-artigos-selecionados>. Acesso em: 05/03/2017.

MALAGUTI, V. Estado de Polícia. In: KUCINSKI, Bernardo. (Org.). Bala perdida: a violência no Brasil e os desafios para a sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENA, F. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo. (Org.). Bala perdida: a violência no Brasil e os desafios para a sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOLICA, F. Entre nomes e números: uma análise do jornalismo policial. In: RAMOS, S.; PAIVA, A. (orgs.). Mídia e Violência: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

PARRY, K. Visibility and visualities: ‘ways of seeing’ politics in the digital media environment. In: COLEMAN, Stephen; FREELON, Deen. (Org.). Handbook of digital politics. Reino Unido: Edward Elgar Publishing, 2015.

SANT’ANNA, M; GONÇALVES, L. Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano”, Revista Interseções, vol. 17, n. 2, dezembro de 2015.

SOARES, Luiz. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSKI, Bernardo. (Org.). Bala perdida: a violência no Brasil e os desafios para a sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOARES, P. Megaeventos esportivos e urbano: a Copa do Mundo em 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras, Revista FSA, vol. 10, n. 4, dezembro de 2013